CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Dino ajudou Moraes na solução para o IOF

Dino ajuda construção política do IOF

Ex-deputado, ex-senador, ex-governador e ex-ministro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino tem um traquejo político que seu colega de Corte Alexandre de Moraes não tem. Por conta disso, Moraes e Dino, segundo apurou o Correio Político, se afinaram para trabalharem juntos na construção de uma boa saída política para o rolo em torno da questão do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Dino articulou para que venha a sair um novo decreto ou projeto do governo que concilie interesses com o Congresso a partir da decisão que Moraes tomou a respeito. Na terça-feira (15), a reunião de conciliação proposta por Moraes terminou sem solução. O problema foi devolvido a Moraes e ele decidiu na terça (16).

Costura

Mas, na verdade, isso já aconteceu dentro dessa costura feita por Dino. A questão colocada ali é que a Advocacia-Geral da União (AGU) perguntou a Moraes se era ou não constitucional o decreto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aumentou o IOF.

Resposta

Entendeu-se que essa resposta era fundamental. Porque é preciso saber se Lula extrapolou suas prerrogativas – o que justificaria o decreto legislativo aprovado pelo Congresso – ou não. Se não, o problema seria somente ajustar alguns pontos da medida.

Valter Campanato/Agência Brasil

Após solução de Moraes, Lula deve editar nova medida

Moraes fixou-se em pontos apenas do decreto

Foi, então, o que fez Moraes. Fixou-se somente em pontos do decreto de Lula sobre os quais verificou-se a falta de consenso. Especialmente o que o mundo comercial chama de "risco do sacado", adiantamento feito pelos bancos em operações de compra, diante da expectativa de recebimento futuro. O Ministério da Fazenda entendia que essa é uma operação de crédito como as demais. A oposição discordava. Moraes, então, decidiu retirando esse ponto. O que se negocia é que, diante da decisão de Moraes, o governo talvez faça novo decreto ou projeto e o reapresente para evitar atrito com o Congresso. Mas já ficaria negociada a aprovação.

Com STF

É bem verdade que o governo tinha antes a expectativa de que o Congresso respeitaria o acordo, feito no famoso jantar na casa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para nada decidir sem negociação. E foi quebrado. Mas antes não havia o STF.

Desgaste

Outro ponto é o desgaste que tudo isso gerou para o Congresso. Depois da aprovação do decreto legislativo e da derrota, o governo conseguiu construir uma estratégia bem sucedida que jogou sobre o Congresso a pecha de ficar ao lado dos ricos e contra os pobres.

Moraes

No STF, tenta-se também a essa altura blindar um pouco Alexandre de Moraes. Que já se expõe muito sendo o relator da ação penal por tentativa de golpe. Tenta-se evitar que ele novamente se desgaste numa nova briga com o Congresso em torno da questão do IOF.

Negociador

Aí, entrou Dino. Com maior traquejo e trânsito tanto no governo (Moraes foi indicado por Michel Temer) quanto no Congresso (já que foi senador), Flávio Dino contribui nessas negociações. Ainda que tenha também seu próprio desgaste na questão das emendas.

Sobretaxas: Brasil registra indignação em carta

Documento menciona tentativas de consensos não respondidas

Valter Campanato/Agência Brasil

Alckmin assinou a carta aos EUA com Mauro Vieira

Por Karoline Cavalcante

Em carta enviada aos Estados Unidos, o governo federal manifestou sua indignação com o recente anúncio do presidente Donald Trump (Republicano) de sobretaxar em 50% os produtos brasileiros a partir de 1º de agosto. No conteúdo, o Palácio do Planalto destaca que a imposição das sanções terá impacto muito negativo em setores de ambas as nações, "colocando em risco uma parceria econômica historicamente forte e profunda" entre os dois países.

O texto é assinado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin e pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e é destinado ao secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnik, e ao representante de Comércio, Jamieson Greer.

Segundo o documento, anteriormente ao anúncio das tarifas, o Brasil tem dialogado com boas intenções com as autoridades norte-americanas em busca de alternativas para aprimorar o comércio bilateral, "apesar de o Brasil acumular com os Estados Unidos grandes déficits comerciais tanto em bens quanto em serviços, que montam, nos últimos 15 anos, a quase US$ 410 bilhões, segundo dados do governo dos Estados Unidos".

A fala novamente rebate uma das declarações feitas pela Casa Branca para embasar as ameaças — quando disse considerar a relação comercial "muito injusta", marcada por políticas tarifárias e barreiras comerciais, ocasionando um "déficit comercial insustentável". Na verdade, os EUA têm superávit comercial com o Brasil.

Tentativas

Alckmin também menciona que houve diversas tentativas para fazer avançar as tratativas com o governo estadunidense, inclusive, por meio do envio — no dia 16 de maio — de uma minuta confidencial de proposta contendo áreas de que poderiam ser negociadas, com o objetivo de alcançar um acordo mútuo que, até o momento, não foi retornado.

"Com base nessas considerações e à luz da urgência do tema, o Governo do Brasil reitera seu interesse em receber comentários do governo dos EUA sobre a proposta brasileira. O Brasil permanece pronto para dialogar com as autoridades americanas e negociar uma solução mutuamente aceitável sobre os aspectos comerciais da agenda bilateral, com o objetivo de preservar e aprofundar o relacionamento histórico entre os dois países e mitigar os impactos negativos da elevação de tarifas em nosso comércio bilateral", finaliza a carta.

Diálogo

Após o Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais — criado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para responder à aplicação de medidas tarifárias unilaterais, por países ou blocos econômicos, prejudiciais ao Brasil — se reunir com os representantes dos setores da indústria e do agronegócio, o vice-presidente afirmou, nesta quarta-feira (16), que o governo brasileiro pretende resolver as sanções ainda neste mês, antes do prazo final para as aplicações. No entanto, disse que, se for necessário, poderá pedir aos EUA o adiamento das tarifas em função das negociações.

"Pudemos ouvir o setor produtivo e reiterar o compromisso com o diálogo, que é o compromisso do presidente Lula, para trabalharmos juntos e reverter este quadro. Houve uma colocação aqui de que o prazo é exíguo, pedindo um prazo maior. Mas a ideia do governo é procurar resolver até o dia 31 de julho", explicou Alckmin.

Motta e Alcolumbre se unem a governo contra tarifaço

Jonas Pereira/Agência Senado

Motta e Alcolumbre dão apoio à ação do governo

Por Gabriela Gallo

Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniram nesta quarta-feira (16) com o vice-presidente da República e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin (PSB), para discutirem a ameaça de tarifas de 50% a produtos brasileiros impostas pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano). No encontro, os três enfatizaram a soberania brasileira como reação ao tarifaço.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, o presidente do Senado reiterou que o poder Executivo pode contar com o Legislativo, que está "integralmente à disposição da defesa dos interesses brasileiros".

"O Parlamento brasileiro está unido em torno da defesa dos interesses nacionais. Eu tenho conversado muito com o presidente Hugo Motta em relação a esses últimos acontecimentos, e nós, o poder Legislativo, temos a compreensão que vamos defender a soberania nacional, os empregos dos brasileiros, os empresários brasileiros, e tenho convicção de que esse processo tem que ser liderado pelo Poder Executivo. Essa relação diplomática internacional tem que ser feita pelo chefe de Estado", destacou Davi Alcolumbre.

Reciprocidade

No mesmo vídeo, Hugo Motta também se posicionou, citou a Lei da Reciprocidade como um exemplo da união entre os poderes sobre as taxações impostas pelos EUA.

"Assim como fizemos na Lei da Reciprocidade onde, tanto no Senado quanto na Câmara, aprovamos por unanimidade um instrumento que hoje o governo brasileiro tem para garantir a proteção do nosso país, dos nossos negócios", disse o presidente da Câmara.

"Nós estamos prontos para estar na retaguarda do poder Executivo para que as decisões em que forem necessárias a ação do Parlamento, nós possamos agir com agilidade para que o Brasil possa sair mais forte dessa crise", completou Motta. Em entrevista à TV Câmara dos Deputados, Motta ainda confirmou que, se necessário, o Congresso poderá ser convocado durante o recesso parlamentar (18 a 31 de julho).

Ao final do vídeo, Alckmin reiterou que "a separação dos poderes é pedra basilar do estado de direito".

"Na questão comercial, entendemos que há um equívoco do governo americano porque eles têm superávit na balança comercial com o Brasil. Dos dez produtos que eles mais exportam, oito não pagam nada de imposto e a tarifa média de imposto é 2,7%. Então [o tarifaço] é totalmente inadequado, é injusto", destacou Alckmin.

Após reuniões com representantes da indústria nacional (avião, aço, alumínio, celulose, máquinas, calçados, sapatos, móveis e autopeças) e do agronegócio (suco de laranja, mel, carnes, café, frutas, couro e pescado) impactados com a decisão de Trump, empresários defenderam que não sejam adotadas medidas de retaliação. "O que vimos foi um alinhamento em torno da negociação", destacou Alckmin em conversa com a imprensa na terça-feira (15).

Comitiva

Para além do encontro entre os principais representantes do governo e Congresso, representantes do Senado Federal viajarão para Washington, capital dos Estados Unidos, para negociar diretamente com parlamentares norte-americanos e Donald Trump sobre as taxas anunciadas para o Brasil. A comitiva foi convocada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, Nelsino Trad (PSD-MS). Serão convocados oito senadores (quatro titulares e quatro suplentes) para irem aos Estados Unidos de 29 a 31 de julho, dias antes do início do tarifaço anunciado por Trump (1º de agosto).

A comissão temporária externa para atuar diplomaticamente junto ao Congresso norte-americano (Capitólio) foi aprovada nesta terça-feira (15). Nelsinho Trad destacou que a proposta visa criar uma "ponte de diálogo" entre representantes brasileiros e norte-americanos. Os senadores que irão compor a comitiva ainda serão definidos.